

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.794 - SP (2019/0294776-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES - SP306373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANGELO ROBERTO PALADINI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

ANGELO ROBERTO PALADINI alega sofrer constrangimento ilegal, em decorrência do acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, nos autos da Apelação Criminal n. 0003126-71.2016.8.26.0269.

Informam os autos que o paciente, após o julgamento em segunda instância, foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, a 6 anos e 5 meses de reclusão, no regime inicial fechado.

Busca a impetrante, em suma, o **redimensionamento da pena**, sob a assertiva de que houve **ofensa à Súmula n. 443 do STJ**.

Decido.

Preliminarmente, releva salientar que o **Superior Tribunal de Justiça**, na esteira do que vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, **não admite que o remédio constitucional seja utilizado em substituição ao recurso próprio** (apelação, agravo em execução, recurso especial, agravo em recurso especial, etc.), tampouco à revisão criminal ou à medida cautelar, ressalvadas as situações em que, à vista da flagrante ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuízo da liberdade do paciente, seja cogente a concessão, de ofício, da ordem de habeas corpus.

A par dessas premissas, **identifico suficientes razões**, na espécie, para permitir o processamento do *writ* e para engendrar a concessão, *ex officio*, da ordem.

Assim, embora a **fixação da pena configure matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado**, regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, a demandar o exame acurado dos autos, por vezes até o revolvimento do conteúdo

fático-probatório, providência inadequada, de fato, para a própria via eleita, na espécie, constato assistir razão à impetrante.

Com efeito, o Juízo de primeiro grau, ao proceder à terceira etapa da dosimetria, mesmo tendo reconhecido apenas uma causa de aumento, aplicou a fração de 3/8, empregando os seguintes fundamentos:

Presente uma causa de aumento de pena, decorrente do concurso de agentes, pelo que aumento em 3/8 a pena até agora calculada, chegando-se ao “quantum” de: seis anos e cinco meses de reclusão e multa de catorze dias multa, cada qual no patamar mínimo. Desta feita, não havendo incidência de qualquer outro instituto penal a influenciar na quantificação da reprimenda, torno total a pena de seis anos e cinco meses de reclusão e multa de catorze dias multa, cada qual no patamar mínimo. (fl. 28)

A Corte de origem, por não ter sido instada a revisar o *decisum*, consignou que, "como se trata de tema não devolvido a esta Instância, e porque inexistentes irregularidades (há fundamentação na Sentença), fica ela mantida na integralidade" (fls. 43-44).

Na terceira fase da dosimetria, é possível verificar que as instâncias ordinárias, mesmo diante da existência de apenas uma causa de aumento, majoraram a pena do paciente em 3/8.

Nos termos do pensamento majoritário da Sexta Turma desta Corte Superior para o aumento de pena acima do patamar mínimo é necessária a indicação de outras circunstâncias concretas que digam respeito às próprias majorantes e que evidenciem a maior desaprovação da conduta (número de agentes superior ao necessário para configurar o concurso, restrição da liberdade da vítima por longo período, emprego de arma de grosso calibre, ocorrência de disparo etc.). Ilustrativamente:

[...] 3. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Súmula n. 443 do STJ. 4. Não obstante haja sido particularizado o fato de o delito ter sido praticado com emprego de arma de fogo e com a participação de dois agentes, as instâncias ordinárias não apontaram nenhum elemento dos autos (modus operandi, por exemplo) que, efetivamente,

Superior Tribunal de Justiça

evidenciasse real necessidade de exasperação da pena, na terceira fase da dosimetria, no patamar estabelecido. Ressalva do relator em relação à arma de fogo. [...] 8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir ao mínimo legal (1/3) o aumento da reprimenda procedido na terceira etapa da dosimetria pelo delito de roubo, além de fixar o regime semiaberto. (HC n. 352.019/SP, Rel. Ministro Rogério Schietti, 6ª T., DJe 31/5/2016)

Logo, devo reconhecer como procedente a postulação defensiva, pois não foram apontados elementos dos autos (modus operandi, por exemplo) que, efetivamente, evidenciasse real necessidade de exasperação da pena, na terceira fase da dosimetria, no patamar estabelecido.

Passo à readequação da pena.

Fixada a pena-base no mínimo legal; na segunda fase, considerada a reincidência, majoro em 1/6 (4 anos e 8 meses de reclusão e 11 dias-multa. Na terceira etapa, objeto deste writ, afasto o acréscimo de 3/8 e majoro a pena em 1/3 (6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão e 14 dias-multa).

Diante desse quadro, na terceira etapa, redimensiono esse ponto da dosimetria da pena imposta ao paciente, para, **à míngua de concreta fundamentação pelas instâncias ordinárias, aumentar a reprimenda do paciente no mínimo legal previsto, 1/3** (um terço), o que a torna, definitivamente estabelecida em 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão e 14 dias-multa.

À vista do exposto, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem**, para impor ao réu a pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão e 14 dias-multa, mantida no mais a condenação, dada a prática do crime de roubo majorado, apurada na Ação Penal n. 0003126-71.2016.8.26.0269.

Comunique-se, **com urgência**, às instâncias de origem

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

